

UM OLHAR SOBRE O PROEJA NO COLÉGIO PEDRO II: CONTRIBUIÇÕES PARA EJA CONTEMPORÂNEA

Anderson José Lisboa **Baptista** – UFF

Elionaldo Fernandes **Julião** – UFF

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Fruto da pesquisa realizada para dissertação de mestrado, este trabalho visa analisar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e sua inserção no Colégio Pedro II (CPII). O objetivo foi, a partir da perspectiva dos alunos, refletir sobre o Proeja no CPII, investigando principalmente os resultados do encontro de realidades tão distintas: o CPII e a EJA. Com uma abordagem qualitativa de cunho biográfico, a pesquisa utilizou também elementos quantitativos através da análise de bancos de dados. Dentre os autores que fundamentaram o estudo, destacam-se, Martuccelli (2007; 2010) contribuindo o olhar para os sujeitos da pesquisa; Paiva (2009) e Machado (2009) que nos ajudaram a refletir sobre a EJA contemporânea e o Proeja. Destacam-se entre os resultados da pesquisa, o diferencial da proposta do Proeja no contexto da EJA contemporânea, as dificuldades do CPII em adotar o Programa, o valor simbólico apreendido pelos alunos e o protagonismo desses sujeitos frente aos diversos desafios, reivindicando direitos e buscando suportes para se manterem no curso.

Palavras-chave: Proeja; Colégio Pedro II; sujeitos da EJA

UM OLHAR SOBRE O PROEJA NO COLÉGIO PEDRO II: CONTRIBUIÇÕES PARA EJA CONTEMPORÂNEA

Introdução

A educação é um direito social garantido na nossa Carta Constitucional de 1988, que deve ser assegurado a todos pelo Estado e pela família. Um dos seus princípios

fundamentais está na garantia de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (artigo 206, inciso I).

A simples necessidade de uma modalidade de ensino voltada para um público que não desfrutou do direito ao acesso ou a permanência na escola, por quaisquer que sejam os motivos, nos leva a inferir que tal direito tem sido negado. Desta forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) assume implicitamente o papel de garantir que tal negação não seja perpetuada.

Paiva (2009, p.61) aponta que o direito à educação é uma construção social. Desta forma, o acesso ao conhecimento é um “bem cultural simbólico das civilizações”. Não se trata de um direito natural, por este motivo, “ter acesso a esse bem constitui o direito e, por oposição, não ter acesso, o não direito”. No caso específico do público da EJA, podemos falar em direito negado.

Algumas questões emergem da apreensão da EJA como direito. Dentre elas, a de que está para além da realidade escolar e que, por isso, precisa ser considerada na perspectiva de uma formação ao longo da vida, que deve se relacionar diretamente com a questão do trabalho. Além disso, suas especificidades enquanto modalidade de ensino da educação básica precisam dar o tom de qualquer política que vise atendê-la.

Diversos programas voltados para a educação de jovens e adultos foram criados ao longo da história. Porém, muitos deles eram voltados para alfabetização e partiam de premissas que ignoravam ou negavam que a EJA é um direito.

De 2012 a 2014, período de realização do curso de Mestrado, estudamos o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). O Programa foi criado no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (Lula) e se propunha associar a EJA à Educação Profissional através de cursos de ensino médio oferecidos por instituições da Rede Federal, as chamadas escolas técnicas.

O Proeja foi implementado no ano de 2005 através do Decreto nº 5.478/05, sendo, posteriormente, em 2006, revogado e substituído pelo Decreto nº 5.840/06, que ampliou sua previsão de atendimento, incluindo o ensino fundamental, Redes Municipais, Estaduais, Sistema S e o Colégio Pedro II (CPII).

A pesquisa realizada teve como recorte e objeto de análise, o Proeja no Colégio Pedro II, uma instituição socialmente reconhecida.

Localizado no estado do Rio de Janeiro, o CPII foi criado no século XIX, destacando-se na História da educação no Brasil como primeiro colégio laico, humanitário e propedêutico do país. Teve em seus quadros docentes e discentes figuras bastante conhecidas no cenário nacional e acumulou historicamente o *status* de escola de excelência.

Na dissertação, além de tecer uma análise da realidade do Programa no CPII enquanto política educacional foi possível refletir sobre o processo de entrada do Proeja nessa instituição, e também sobre características, experiências e perspectivas de sujeitos ali inseridos. A pesquisa teve como objetivo, a partir da perspectiva desses sujeitos, refletir sobre o Programa na instituição, investigando principalmente o resultado do encontro de realidades tão distintas: o CPII e a EJA.

Não partimos da premissa de que uma instituição de excelência seja um não lugar para EJA. Mas, historicamente, por conta dos seus rígidos processos de seleção, se consolida um estereótipo de alunos padrões, que se distinguem em muitos aspectos daqueles que costumam compor os quadros do público da educação de jovens e adultos.

Uma das hipóteses que fundamentaram o trabalho foi a de que este encontro de realidades “distintas” pode ajudar na reflexão sobre os rumos da EJA atual.

A metodologia utilizada foi qualitativa sem, contudo, abrir mão de dados quantitativos, que em muitos casos possibilitaram um olhar mais apurado para o objeto.

Trabalhamos com dados de questionários fornecidos pelo CPII, nos quais os alunos respondem ao ingressar no Proeja. Eles possibilitaram a criação de um banco de dados com perfil dos alunos do Proeja *campus* Centro do CPII.

Os questionários têm uma média de vinte perguntas abertas e fechadas. Estas perguntas variam entre perfil, renda, ocupação, trajetória escolar, disciplinas com maior dificuldade, tempo dedicado aos estudos e hábitos de diversão. Seleccionamos para pesquisa dados referentes a sexo, idade, realidade econômica, motivações para fazer o curso, realidade profissional e trajetória escolar. Infelizmente não consta nesses questionários, autodeclaração de cor. Essa é uma informação importante em pesquisas referentes à EJA e ajudaria na análise do perfil dos alunos.

Além de uma revisão bibliográfica sobre formação profissional, Proeja e EJA, analisamos documentos e legislações. Também realizamos entrevistas com gestores, professores, funcionários, alunos e egressos do Proeja no Campus Centro do CPII.

As entrevistas seguiram uma abordagem biográfica, considerando as trajetórias de vida dos entrevistados como fator fundamental para compreender as suas experiências e vivências no Programa. Tiveram como objetivos entender como os alunos se percebem dentro de uma instituição como o CPII, quais as leituras e críticas que eles poderiam estabelecer sobre o Colégio e o Proeja em si, como funciona o cotidiano do Programa e quais percepções os demais sujeitos envolvidos diretamente no Proeja tem sobre os alunos, a EJA e o próprio Colégio Pedro II.

Dentre os autores que contribuíram com este estudo, principalmente com as questões que serão apresentadas neste texto, destacam-se Danilo Martuccelli (2007; 2010), que fundamentou o nosso olhar para os sujeitos da pesquisa, principalmente com contribuições da sociologia contemporânea, assim como Jane Paiva (2009), Maria Margarida Machado (2009) e Sérgio Haddad (2006) que nos ajudaram a refletir sobre a EJA contemporânea e o Proeja.

Sem ter a pretensão de apresentar todas as questões evidenciadas no documento final da dissertação, neste artigo, propomos explicitar uma síntese de alguns resultados obtidos na pesquisa.

Aspectos gerais sobre o Proeja

O Proeja foi criado em um momento em que os olhos do país estavam voltados para a primeira gestão de um presidente oriundo das camadas populares. Era um contexto em que a Educação Profissional passava por uma reestruturação e a educação de jovens e adultos emergia com certo destaque. Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo governo antecedeu ao do presidente Lula, deu duros golpes na educação de jovens e adultos e na profissional do país, ao impor vetos importantes em relação a políticas de verbas para a EJA e ao separar o ensino médio do ensino técnico, em 1997. No entanto, em 2004, o governo Lula restabeleceu a educação profissional integrada ao ensino médio, além de ter se mostrado mais disposto a investir em uma política nacional de educação de jovens e adultos.

A primeira tentativa de implantação do Proeja a partir do Decreto nº 5.478/05 não foi bem sucedida. Contou com sérios questionamentos das instituições federais que se viram obrigadas a destinar 10% de suas vagas para o Programa. A fragilidade da medida se evidenciou pela singularidade da proposta, inviabilizada pelo caráter impositivo, uma

vez que as instituições, na maioria dos casos, nunca tinham trabalhado com a EJA. As poucas instituições federais que já tinham alguma experiência com esta modalidade de ensino, nunca haviam trabalhado com a perspectiva curricular prevista no Proeja. Isso sem contar com ausência de um corpo docente preparado para o desafio.

Outra questão que aguçou as críticas ao Decreto n.º 5.478/2005 se relaciona à carga horária prevista para os cursos do Proeja. O texto falava em carga horária máxima enquanto que, conforme Santos (2008, p. 2), “o usual em Educação é a carga horária mínima”.

O diálogo com distintos atores envolvidos ou interessados no Programa ocorreu após a chegada de Jaqueline Moll na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Isso marcou o processo de reformulação do Proeja. As especificidades deste processo histórico marcado pela participação de representantes das instituições federais e distintos atores da sociedade civil deu ao Programa algumas características que lhe conferem certas peculiaridades no quadro da educação nacional.

Além do Decreto n.º 5.840/2006, este momento também culminou com a publicação do Documento Base Proeja (Brasil, 2007).

Neste documento, estão as concepções e direcionamentos teóricos e práticos que pautam o Programa. Entre eles, a proposta de uma associação da EJA com a Educação Profissional a partir de um currículo integrado.

[...] o que se pretende é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional. (BRASIL, 2007, p. 41)

A perspectiva do currículo integrado é alinhada com o conceito de politecnia, que aparece no documento a partir da concepção do trabalho como princípio educativo. De certa forma, este fato evidencia, pelo menos no texto referente ao Proeja Ensino Médio (Proeja Médio), objeto de análise da pesquisa, um rompimento com a lógica de formação de mão de obra exclusivamente para o mercado. Percebe-se ali uma clara opção epistemológica a partir de uma “referência explícita desse Documento ao trabalho como princípio educativo e à integração entre trabalho, ciência e tecnologia e cultura”. (MOURA e PINHEIRO, 2009, p. 93)

Autores do campo trabalho e educação já discutem há algum tempo no cenário nacional, a importância e necessidade de se pensar o trabalho como princípio educativo. Eles partem geralmente da dimensão ontológica dos conceitos de trabalho e educação.

Isso, segundo eles, implica romper com a apreensão que relaciona trabalho a emprego, a salário, e que propõe uma formação limitada ao suprimento de mão de obra para o mercado. Ou seja, significa uma opção distinta ao modelo que converteu tanto o trabalho, como a ciência e tecnologia em mercadoria, em elementos de lucro em detrimento do valor de uso que os mesmos deveriam ter para sociedade como um todo.

Conforme destaca Frigotto (2012, p. 60), não se trata apenas de uma “técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas sim um princípio ético-político”.

Reconhecendo as especificidades de sua proposta e o desafio de formar mão de obra qualificada, o Programa contou com duas ações: a previsão de oferta de cursos de pós-graduação voltados para o Proeja e o fomento à pesquisa através do Edital Proeja Capes/Setec nº 03/2006, que estimulou projetos conjuntos de pesquisas entre universidades e instituições federais. Essas ações ratificam na proposta do Programa o reconhecimento de demandas importantes para EJA.

Outra característica importante do Proeja está relacionada ao fato de que foi pensado lidar com as demandas do público jovem, embora não possa se furtar de atender ao público mais velho. Ao traçar um diagnóstico da realidade educacional brasileira no campo da EJA, o Documento do MEC destaca a grande presença de jovens nesta modalidade de ensino. Tais jovens voltariam à escola acreditando que a baixa escolaridade é a responsável pelo seu desemprego. O Programa se coloca como uma possibilidade para esses sujeitos.

O Decreto nº 5.840/06 também estabeleceu o atendimento ao Ensino Fundamental através de cursos de Formação Inicial e Continuada (Proeja- FIC), não trabalhado na pesquisa, pois se restringiu ao Ensino Médio.

Perfil dos Alunos do Proeja no CPII

A chegada do Proeja no CPII representou um desafio para instituição que até então não havia trabalhado com a modalidade de EJA. A educação profissional já era oferecida no Colégio, porém, diferente de outras instituições que abrigaram o Programa,

como os Institutos Federais, por exemplo, esta nunca foi a sua principal linha de atuação.

Um exemplo disso é que entre os anos de 2009 e 2012, ele teve um número próximo de 14.300 alunos matriculados no Ensino Médio Regular e apenas 2.600, aproximadamente, no Ensino Médio Técnico.

Os cursos oferecidos no Proeja do CPII são o Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Administração e Técnico em Manutenção Automotiva. Este último em Parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ).

O curso Técnico em Informática já era realizado pelo Colégio na modalidade regular. O de Administração não requeria uma estrutura de laboratórios e o Técnico em Manutenção aproveitou a estrutura física do Cefet para parte técnica, cabendo ao CPII apenas a propedêutica.

Como podemos evidenciar, não houve um investimento específico na estrutura da instituição para criar os cursos do Programa.

Ao proporcionar o encontro da EJA com uma instituição como o CPII, o Proeja provocou o encontro de sujeitos, em muitos casos marcados por interrupções em suas trajetórias escolares, com uma instituição socialmente reconhecida pela excelência e detentora de grande significado simbólico.

Dados levantados nos questionários respondidos pelos ingressantes no Proeja do CPII *campus* Centro, entre 2006 e 2012, ajudam-nos conhecer um pouco do perfil social destes sujeitos.

Em relação às trajetórias escolares, 61% dos alunos interromperam uma ou mais vezes os estudos durante o ensino fundamental. Apenas 32% não tiveram discontinuidades nesta fase da educação. Trata-se de alunos que chegaram ao Proeja após terem ficado um período sem estudar depois da conclusão desta primeira etapa da educação básica, ou por serem casos de distorção idade-série no ensino fundamental, ou ainda por terem interrompido o próprio ensino médio.

Ainda buscando conhecer mais sobre o perfil desses alunos, deparamo-nos com a questão do sexo, cuja diferença é ligeiramente superior para o feminino, com um número 2% superior de mulheres.

Essa maior presença feminina não é um fenômeno exclusivo do Proeja no CPII. Conforme tabela abaixo há, em geral, uma tendência nacional que apresenta um maior

número de mulheres na escola, com exceção apenas no ensino fundamental. Os dados referentes à EJA no Brasil (Tabela 1) apontam que os números são idênticos aos do Proeja no CPII *campus* Centro.

Tabela 1
Total de Matrículas/ sexo por modalidades de ensino da
Educação básica no Brasil em 2012

Modalidade	Feminino	Masculino
Ensino Fundamental	48%	52%
Ensino Médio	54%	46%
EJA	51%	49%
Educação Profissional	53%	47%

Fonte: Mec/Inep

Entre 265 respostas sobre a ocupação dos alunos, apenas 9 se declararam do lar. Isso corresponde a apenas 3% do total. O fato de, em um universo em que 51% do público é feminino, apenas 3% responder a ocupação como do lar, confirma a tendência de inserção deste público no mercado de trabalho.

Todas as mulheres que entrevistamos trabalham ou estão desempregadas. Nenhuma, entre elas, cuida apenas das tarefas domésticas. As que o fazem não é por opção, mas sim por estarem desempregadas.

Autores como Castro, Barbosa e Barbosa (2011) relacionam o predomínio do público feminino no Proeja à natureza dos cursos. Mas, no caso do CPII, *campus* Centro esta hipótese não se confirmou.

Ao analisar dados referentes aos anos de 2006 a 2009, quando só existia o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, deparamo-nos com uma maioria feminina de 64% dos matriculados. Já a partir de 2010, período em que foi criado o curso Técnico em Administração, a presença masculina foi maior no curso de informática (55%), enquanto que o de administração contou com a maioria feminina (75%).

Se considerarmos que geralmente as atividades de manutenção e suporte em computadores são ocupadas por homens, perceberemos que a predominância das mulheres foi independente do tipo de curso, o que se alinha com os dados nacionais, que

apresentam maior número de mulheres na escola a partir do Ensino Médio. Na verdade, o que este público buscou foi uma oportunidade de retornar aos estudos e ascender profissionalmente. Entretanto, quando lhes foi oferecida a opção de escolha entre as carreiras a seguir, então houve uma busca por aquela que mais se identificava com a sua realidade.

Não há uma restrição de idade máxima no Proeja, afinal trata-se de um programa de EJA. A faixa etária dos alunos que responderam aos questionários variou entre abaixo dos 20 até os 60 anos. Desde o início do curso, em 2006, até o ano de 2012, no *campus* Centro do CPII, o Proeja teve entre os seus alunos um total de 51% de jovens. Não é uma novidade que sejam maioria, afinal são o seu público alvo principal. Considerando essa prerrogativa, em tese, podemos afirmar que o número de jovens deveria ser ainda maior. Por isso, chama-nos atenção a representatividade de 17% na faixa etária entre 40 e 50 anos e 6% na faixa entre 51 e 60 anos.

A maior parte dos alunos, 39%, declarou receber um salário mínimo, e 25%, dois salários. Se somarmos estes percentuais, 64% do total de alunos tem renda entre um e dois salários mínimos. Apenas 6% do total de alunos matriculados possuem rendimentos de quatro ou mais salários mínimos.

Em 24% dos casos, esta renda é responsável por manter a família e em 36%, ajuda nessa manutenção. Somente em 16% dos casos ela tem como função a manutenção pessoal. Na maior parte das situações, o trabalho desses alunos não é mera opção, mas sim questão de sobrevivência. Então, se em determinada circunstância tiverem que optar entre trabalhar e continuar os estudos, muitos, sem sombra de dúvida, serão obrigados a optar pelo trabalho.

Considerando ainda a realidade econômica dos alunos, analisamos também o número de pessoas por residência. Observamos que 43% dos alunos moram em casas com três ou quatro pessoas; 35% com mais de cinco pessoas; e 4% convivem com mais de sete habitantes na mesma residência. O número dos alunos que moram sozinhos é de apenas 4% e 9% não responderam. Uma vez que a maior parte do grupo (64%) vive como uma renda de até 2 salários mínimos, quanto maior o número de pessoas morando na mesma casa, provavelmente piores serão as condições de vida.

A média nacional de pessoas por residência, segundo síntese dos indicadores sociais do IBGE de 2012, é de 3,1. Se observarmos estes dados referentes à região Sudeste, essa média cai para 3,0 pessoas por residência. No caso específico da região

metropolitana do Rio de Janeiro, a média é de 2,8. Se considerarmos que 35% dos alunos do Proeja CPII, *campus* Centro, tem uma média de mais de cinco pessoas por residência, podemos afirmar que boa parte desse público está acima da média nacional e bastante acima da média da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Dados do IBGE (2012) também apontam que, no país, 47,8% da população tinha, no ano de 2011, renda familiar de até 1 salário mínimo. Já no caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, este número caiu para 35,7%.

Não temos como estabelecer uma comparação mais precisa destes dados gerais com os dos alunos do Proeja CPII, *campus* Centro, porque os questionários que eles responderam não investigaram renda familiar, apenas individual. Entretanto, se considerarmos que boa parte dos alunos tem renda de um salário mínimo e provavelmente usam esta renda para manter famílias, que em boa parte dos casos tem número de pessoas superior ao da média nacional e da região metropolitana do Rio de Janeiro, podemos inferir que o perfil econômico destes alunos aponta para rendas familiares abaixo dos números nacionais e principalmente da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Esses dados mostram um recorte da realidade socioeconômica dos alunos do Proeja no CPII, *campus* Centro. Trata-se de alunos, em sua maior parte, com baixos salários, com a responsabilidade de ajudar ou sustentar famílias que, em muitos casos (35%), tem mais de quatro pessoas por residência. Esses números revelam que esse público, como de costume na educação de jovens e adultos, é composto por pessoas economicamente desfavorecidas.

Proeja e o Colégio Pedro II: alguns achados

A partir das falas dos sujeitos envolvidos no Programa, foi possível perceber que a ocupação do lugar físico da EJA no CPII não significou apropriação do espaço social que, infelizmente, ainda precisa ser conquistado em um sentido mais efetivo. Essa foi uma das inquietações apreendidas durante a realização da pesquisa. Tivemos casos de alunos que requeriam que o uniforme do Proeja fosse igual ao do regular, desejando ser reconhecido pela sociedade como aluno do Colégio Pedro II.

Entre funcionários, gestores e professores foi recorrente a fala de que havia duas instituições diferentes: uma que atendia ao diurno e outra ao noturno. Não houve uma

organização da administração para atender as demandas do Proeja. As suas atividades, por exemplo, se encerravam no horário comercial, dificultando a atuação de gestores com relação a administração do Programa.

Não houve por parte dos docentes um preparo específico para trabalhar com a modalidade de EJA. Tivemos casos de professores que reconheceram não haver diferença metodológica entre o diurno e a educação de jovens e adultos, sendo, lamentavelmente, segundo eles, a redução de conteúdos a única distinção.

Trata-se de profissionais com ótima formação, muitos inclusive com pós-graduação, mas, sem qualquer preparo para EJA.

Não há um critério definido, pelo menos no *campus* Centro do CPII, além da disponibilidade do horário noturno, para se trabalhar no Proeja. Alguns dos docentes, por outro lado, inclusive, afirmaram que se sentem discriminados por alguns colegas, por trabalharem no Programa. As críticas vão na direção de que os professores que atuam no Proeja assumem um trabalho mais fácil.

As entrevistas com funcionários mostraram que a especificidade da EJA requer uma formação própria, inclusive para estes profissionais. As suas falas ressaltam terem tido dificuldades em se adequar ao trabalho com adultos.

Conforme Freire (2008), tratar um adulto como criança significa tolher sua leitura de mundo e, conseqüentemente, negar sua vivência e identidade humanas historicamente construídas.

Para os alunos, mesmo reconhecendo as dificuldades existentes, o fato de estarem em uma instituição de tamanho prestígio social é extremamente importante. Muitos vêem esta oportunidade como um formidável recomeço de suas vidas. Palavras como resgate e renovação da autoconfiança foram apreendidas em algumas falas.

Uma aluna, por exemplo, colocou-se como uma pessoa que era totalmente desacreditada tanto pelos amigos, quanto por si mesma, mas que o fato de conseguir estudar no CPII a fez sentir-se orgulhosa.

O diploma tem um significado especial para estes sujeitos. Ter o nome do CPII atrelado a sua história, segundo os egressos, é algo fantástico.

Todavia, segundo relatos de egressos, muitos alunos ao concluir o curso encontram dificuldade para obter o diploma. Isto porque há uma exigência legal de que alunos de cursos técnicos precisam concluir uma carga horária específica de estágio. Alunos mais velhos, principalmente, não têm conseguido estágio em empresas.

O Proeja deveria prever, na sua concepção, a obrigatoriedade das escolas também apresentarem uma política de estágio para os seus alunos no seu projeto. Por não existir esta política propriamente na proposta pedagógica de algumas escolas executoras do Programa, como no caso do CPII, a responsabilidade por conseguir o estágio passa a ser exclusivamente dos alunos.

Um caso emblemático é o de uma aluna de 65 anos que faz o curso técnico em Manutenção e Suporte em informática. Será que uma empresa abrirá com facilidade as suas portas para uma senhora de 65 anos trabalhar na área de Suporte e Manutenção de computadores?

Diferente do que é previsto no Documento Base do Proeja, parece que os cursos não foram criados de acordo com demandas sociais, mas sim com a conveniência da instituição.

Embora a proposta do Proeja esteja voltada para um público mais jovem, não se pode excluir de seu escopo os mais velhos, uma vez que é um programa voltado para a modalidade de educação de jovens e adultos. Por outro lado, não percebemos nenhum tipo de estratégia para lidar com a questão.

Os alunos do Proeja são sujeitos que, apesar de suas limitações, participam da história da EJA na instituição também como protagonistas. Uma conquista importante é a garantia do funcionamento da Biblioteca no turno da noite que, segundo depoimentos de gestores e funcionários, é fruto de uma reivindicação dos alunos.

Eles também reivindicam outros serviços que funcionam no turnos diurno, como o funcionamento do atendimento médico, por exemplo, conforme relatado por uma funcionária.

Não são poucas as dificuldades que os alunos encontram no dia a dia para se manter no curso. Muitas delas relacionadas à difícil tarefa de conciliar longas e exaustivas jornadas de trabalho com os estudos. Deparamos-nos com casos de alunos que, por conta da distância de suas casas, dormem aproximadamente 4 horas por noite.

Uma egressa, por exemplo, relatou que durante um período do curso precisou trabalhar em dois plantões, o que a obrigava faltar bastante e ir às aulas muitas vezes sem dormir por mais de vinte quatro horas. Entretanto, percebemos que os laços sociais presentes nos relacionamentos entre os alunos, professores e até mesmo gestores e funcionários do Proeja no CPII *campus* Centro, exercem um importante papel na superação de desafios como esses.

Martuccelli (2010) defende que o laço social é o verdadeiro fundamento da vida social na América Latina. No caso desses sujeitos do Proeja no CPII, esses laços são estabelecidos de maneira a se confundir com a identidade do Programa na instituição. Egressos destacam os relacionamentos construídos ao longo do curso, com colegas, professores, gestores e funcionários como a principal característica do Proeja. Um deles afirmou, inclusive, que esta é uma marca que não existe em nenhuma outra instituição.

Em muitos casos, observamos que os laços sociais transformam-se no que o próprio Martuccelli (2007, p. 71) define como suportes existenciais. Ou seja, “[...] as maneiras efetivas como os indivíduos se sustentam no mundo e fazem frente aos crescentes imperativos sociais, aos quais estão submetidos”.

A egressa que precisou dobrar seus plantões durante um momento do curso, conta que só conseguiu concluí-lo por causa da ajuda dos alunos, professores, gestão e equipe do Proeja de uma forma geral. Professores que, apesar das dificuldades relatadas, em muitos casos, fazem um grande esforço para atender os alunos da melhor maneira possível. Tanto que em todas as entrevistas realizadas, os alunos destacaram positivamente as relações com os docentes.

O Olhar direcionado para os sujeitos da pesquisa nos permitiu perceber que apesar de dificuldades, conforme algumas pontuadas acima, eles são protagonistas de uma esfera positiva, que acaba sendo usada como suporte por indivíduos que tem no Proeja desafios em comum.

Considerações Finais

Apesar do crescente esvaziamento sofrido pelo Proeja nos dias de hoje, negado pelo atual governo, ele ainda continua em andamento. Por este motivo, os achados aqui compartilhados não são conclusivos. Pretendem contribuir para reflexões não apenas sobre o Proeja em si, mas sobre a EJA de uma forma geral.

Não podemos negar que o Proeja tem importantes contribuições, que de certa forma podem auxiliar na formulação de políticas e até mesmo na contínua luta que empreendemos na consolidação da educação de jovens e adultos como direito. A participação de sujeitos de distintos setores da sociedade civil na sua reformulação a partir de 2006, a proposta de associação da EJA com a educação profissional através da concepção de currículo integrado e a reserva legal de vagas para educação de jovens e

adultos na Rede Federal, em linha gerais, são aspectos que ratificam essas contribuições.

Por outro lado, elementos fundamentais do Programa não são aplicados na prática, pelo menos no CPII. Isto aponta para uma falha que se expressa na falta de um apoio e fiscalização na sua implantação e funcionamento nos estados e municípios. Com isso, percebemos aspectos que marcam diferenciais no Programa se perderem. O principal se relaciona ao currículo integrado, que no caso do CPII teve sua proposta substituída pela simples inclusão de disciplinas técnicas no currículo.

Outro importante ponto que precisa ser pensado em nível nacional está relacionado diretamente ao estágio. O Programa deveria ter uma política de estágio, ou até mesmo fomentá-la nas instituições que o abrigam.

A questão de diversidade geracional é comum na EJA e, neste caso específico do estágio, precisa ser considerada de uma forma especial. Tal responsabilidade não pode recair nos ombros os alunos, que já enfrentam uma série de obstáculos para conseguir concluir o curso. Enfim, acabam se deparando com mais uma negação de direitos.

Um Programa que em seu Documento Base aponta a juventude como seu público potencial e apresenta apenas 51% de jovens entre seus alunos, como no caso do CPII, *campus* Centro, precisa rever algumas estratégias. O que será que impede que um maior número de jovens cheguem até ele? Essa é uma questão que precisa ser pensada.

Outro desafio a ser considerado é de uma melhor adaptação à realidade dos alunos, que tem um perfil de trabalhadores, com baixa remuneração, na sua maior parte do sexo feminino e com filhos.

A educação de jovens e adultos possibilita maior flexibilidade nos horários e na organização curricular. Por que não usar isto para possibilitar uma estrutura de curso mais próxima à realidade dos alunos? Há possibilidades de modelos não seriados que se adequam melhor aos casos desses sujeitos.

A ausência de uma formação específica de professores para trabalhar com a modalidade de educação de jovens e adultos precisa ser resolvida não apenas no âmbito do Proeja, mas na EJA de uma forma geral.

É louvável a iniciativa do Programa em estabelecer curso de pós-graduação e até mesmo de fomentar a pesquisa na área a partir de edital da Capes. Porém, em uma instituição, como o CPII, em que a maioria dos professores já são pós-graduados, é

difícil “convencê-los” a fazer uma nova especialização. Mesmo porque não se trata de uma área de interesse para boa parte deles.

Uma possível solução neste caso, na nossa opinião, seria a realização de concursos específicos para trabalhar com a EJA, que é um assunto que precisa ser resolvido. O reconhecimento da EJA como modalidade de ensino da educação básica está relacionado com a sua apreensão como direito. Sem sombra de dúvida, um passo fundamental para a sua consolidação é a seleção específica de docentes com uma formação para trabalhar com a educação de jovens e adultos.

Aspectos que parecem simples são fundamentais na conquista do direito a EJA. Um deles, no caso do CPII, é o funcionamento da biblioteca no turno da noite. Embora, tenhamos conhecido alunos que nunca tinham entrado nela, tivemos contato com frequentadores assíduos, que inclusive afirmaram ter adquirido o hábito de leitura por influência da mesma.

Os indivíduos entrevistados no *campus* Centro do CPII mostraram que são eles que, apesar de limitações, fazem o Proeja acontecer. Mesmo diante de certa ausência da instituição em relação ao Programa, eles conseguem criar um ambiente que contribui para que muitos alunos concluam a sonhada formação.

O Proeja abriu, no plano legal, de proposta política, o caminho para importantes avanços nos campos da EJA e da educação profissional. Adensar o debate do currículo integrado na concepção do trabalho como princípio educativo exemplifica isso. Contudo, muitos destes avanços precisam ser requeridos para que não se percam.

A experiência de pesquisa aqui compartilhada nos dá a convicção de que entre os caminhos que se descortinam para pensarmos a EJA contemporânea está o de que precisamos ampliar a voz dos sujeitos da educação de jovens e adultos. Eles têm muito a nos dizer e nos ensinar sobre a EJA.

Referências:

BRASIL. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 3 de Julho de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em 12 de Abril de 2012.

BRASIL. **PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base. Brasília: MEC, agosto 2007.

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. O direito humano à educação escolar pública de qualidade. *In:* HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela (orgs.). **A educação entre os direitos humanos.** Campinas: Autores associados, 2006. p. 95 – 125

CASTRO, Mad'ana D. R. de; BARBOSA, Sebastião C. & BARBOSA, Walmir. O Proeja e as Características de seus Estudantes: Contextualização, limites e riscos. *In:* MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputas.** Campinas: Mercado das letras, 2011. p. 125- 148

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio. *In:* FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57- 82

HAMBURGO. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos.** V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos: V CONFINTEA, Alemanha: Julho, 1997.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira** 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_de_vida/indicadores_minimos/sintese_indicadores_sociais_2012/default_tab_pdf.shtm> Acesso em Dezembro de 2013.

INEP. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. *In*: MACHADO, Maria Margarida (org). **Em Aberto**: Educação de Jovens e Adultos. v. 22, n. 82. Brasília: INEP, nov. 2009. p. 17 – 39

MARTUCCELLI, Danilo. **¿Existen individuos em El ASur?** Santiago: LOM Ediciones, 2010.

MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de rumbo**: la sociedad a escala del individuo. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

MOURA, Dante Henrique; PINHEIRO, Rosa Aparecida. Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos. . *In* MACHADO, Maria Margarida (org). **Em Aberto**: Educação de Jovens e Adultos. v. 22, n. 82. Brasília: INEP, nov. 2009. p. 91 – 108

PAIVA, Jane. **A construção coletiva da política de educação de jovens e adultos no Brasil**. *In* MACHADO, Maria Margarida (org). **Em Aberto**: Educação de Jovens e Adultos. v. 22, n. 82. Brasília: INEP, nov. 2009. p. 59-71

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128